

Atenção ao social

19 JUN 1987

A situação é clara. As opções foram feitas e o Brasil já sabe quais sacrifícios serão necessários ao seu soerguimento econômico e à sua reinserção numa posição favorável no contexto internacional.

Nossas autoridades foram forçadas a opções rigorosas sob pena de contribuir para que o país se encaminhasse para um desastre econômico de conseqüências sociais e políticas imprevisíveis. Agora os setores mais responsáveis pelo bom desempenho de nosso sistema produtivo têm consciência de que o caminho é árduo, mas que a direção da recuperação foi tomada.

Todos sabiam que sacrifícios seriam necessários e que nenhuma camada da população seria poupada. Todos seriam obrigados — pensando mais no Brasil que em seus interesses egoístas — a dar sua parcela de contribuição para sairmos de uma crise que nos persegue há anos e que ameaçava mesmo o nosso futuro como nação. Agora que as decisões foram tomadas é hora de se manifestar as preocupações que afligem grande parte de nossa população. Elas são legítimas, não colocam em questão a rota traçada pelo governo e devem ser consideradas.

A Nova República nasceu sob o signo de compromissos solenes com nossa população. Um deles, o principal sob o ponto de vista econômico, foi o de lutar contra as desigualdades existentes em nossa sociedade, de não permitir que a fome do povo fosse a válvula de salvação de uma posição precária do Brasil face ao sistema econômico internacional.

Esse compromisso é válido e no futuro será a pedra de toque do julgamento desta fase inicial de implantação da Nova República. É importante que as autoridades

constituídas tenham permanente consciência desta meta, deste compromisso.

Que o Brasil precisava ser salvo de uma ameaçadora crise ninguém pode duvidar, em sua consciência. Que esta salvação exigiria sacrifícios de todos também estava claro. Medidas de austeridade tanto reclamadas foram tomadas. E hora de executá-las. O governo não pode esquecer, entretanto, que em nossa sociedade certas camadas e certos grupos sociais são mais frágeis e menos capazes de resistir a sacrifícios. É importante que nas medidas adicionais a serem tomadas esta questão seja permanentemente lembrada.

Na análise feita sobre o Plano Cruzado I houve unanimidade em um ponto: não foram tomadas medidas de adequação no tempo devido. Com isto concordam todos, desde o governo até seus mais ferrenhos inimigos. Quando se fazia esta crítica, se pensava, em primeiro lugar, em medidas econômicas corretivas de detalhes de uma política em geral considerada correta e capaz de estimular a economia. Hoje a situação é diferente. As autoridades estão conscientes de que qualquer plano, qualquer projeto, por melhor que seja, deve ser permanentemente acompanhado e, se necessário, corrigido em aspectos em que esteja claudicando.

Confiando na direção tomada, ninguém poderia colocar em questão a necessidade de uma política de austeridade. Muitos se preocupam com os reflexos que as medidas adotadas possam vir a ter sobre as condições de vida de nossas camadas menos favorecidas. Na vigilância que o governo terá, em permanência, sobre as conseqüências das medidas adotadas, os indicadores sociais devem ficar sempre sob atenção.